Entre silêncios e resistências: educação inclusiva como caminho de autonomia em contextos de violência doméstica

Maria Eduarda Santos Sousa- mariasantossousa1204@gmail.com ,

Alana Beatriz Pereira da Silva- alanabeatriz09@icloud.com ,

Francisca Juscilene da Silva Souza- Sjuscilene980@gmail.com ,

Ana Beatriz Ribeiro Sampaio da Cruz- anabeatrizrsc15@gmail.com

e Francisca Regilania Ferreira Lima- regilania.lima@fmh-ce.com.br

GT: Educação.

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre educação inclusiva, dependência financeira e violência doméstica, destacando como contextos de vulnerabilidade social impactam o acesso, a permanência e a trajetória educacional de mulheres. A pesquisa parte da compreensão de que a interrupção dos estudos contribui para a limitação da autonomia financeira, dificultando o rompimento de ciclos de violência, conforme discutem Saffioti (2004) e Minayo (2014). Utilizou-se abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e de campo, com análise de produções acadêmicas, documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciam que a ausência de escolarização e de políticas públicas de permanência escolar intensifica desigualdades sociais e econômicas, especialmente em contextos periféricos. Conclui-se que a educação inclusiva, associada a políticas intersetoriais de acolhimento e assistência, constitui instrumento fundamental de emancipação, autonomia e enfrentamento da violência doméstica.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Violência doméstica. Vulnerabilidade social. Autonomia feminina. Direitos humanos.

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito fundamental e um importante instrumento de transformação social, sendo essencial para a promoção da autonomia, cidadania e equidade. Entretanto, em contextos marcados pela violência doméstica, esse direito é frequentemente interrompido ou limitado, atingindo principalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social. Nesse

cenário, a precariedade do acesso à educação contribui para a permanência em relações abusivas, especialmente pela limitação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho e independência financeira.

A problemática desta pesquisa parte da compreensão de que a ausência de escolarização e qualificação profissional está diretamente relacionada à dependência econômica, dificultando o rompimento de ciclos de violência. Muitas mulheres, ao terem suas trajetórias educacionais interrompidas, enfrentam restrições de acesso ao trabalho formal e à autonomia financeira, permanecendo em situações de abuso físico, psicológico e patrimonial.

Além disso, a exclusão educacional não ocorre de forma isolada, mas está articulada a desigualdades estruturais de gênero, classe social e acesso às políticas públicas. Nesse contexto, a ausência de uma educação inclusiva e acolhedora contribui para a reprodução das desigualdades e da vulnerabilidade social.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar como a educação inclusiva pode atuar como instrumento de enfrentamento da violência doméstica, especialmente na redução da dependência financeira e no fortalecimento da autonomia feminina. Como objetivos específicos, busca-se compreender os impactos da interrupção educacional na vida de mulheres em situação de violência; discutir a relação entre escolarização, empregabilidade e independência econômica; e refletir sobre o papel das instituições educacionais na promoção de práticas inclusivas e emancipatórias.

Parte-se da hipótese de que a ampliação do acesso à educação inclusiva, associada a políticas públicas eficazes e práticas pedagógicas sensíveis às realidades sociais, pode contribuir significativamente para o rompimento de ciclos de violência. Ao promover qualificação, consciência crítica e oportunidades de inserção profissional, a educação fortalece a autonomia feminina e amplia as possibilidades de reconstrução de trajetórias de vida.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à compreensão da relação entre educação inclusiva, dependência financeira e violência

doméstica. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de analisar o fenômeno em sua complexidade social, considerando aspectos históricos, culturais e subjetivos que atravessam a realidade das mulheres em situação de vulnerabilidade, conforme discutido por Minayo (2014).

Como procedimentos metodológicos, utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio da análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva, violência doméstica e direitos humanos, possibilitando a construção de um embasamento teórico consistente (GIL, 2008).

Complementarmente, realizou-se uma pesquisa de campo com mulheres que vivenciaram relacionamentos abusivos. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, permitindo que as participantes relatassem suas experiências de forma livre e reflexiva, conforme orientam Lakatos e Marconi (2010). As entrevistas evidenciaram a relação entre ausência de escolarização, dificuldade de inserção profissional e dependência financeira.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), possibilitando a organização, interpretação e categorização das informações obtidas tanto na revisão bibliográfica quanto nas entrevistas. Essa técnica permitiu identificar padrões e compreender o papel da educação como instrumento de autonomia e enfrentamento da violência.

Por fim, ressalta-se que a pesquisa respeitou os princípios éticos previstos para estudos com seres humanos, garantindo o anonimato das participantes, o sigilo das informações e a participação voluntária, em conformidade com as diretrizes éticas vigentes (BRASIL, 2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e das entrevistas evidenciam que a interrupção ou ausência de acesso à educação está diretamente relacionada à permanência de mulheres em contextos de violência doméstica. As participantes relataram trajetórias marcadas

pela evasão escolar precoce, frequentemente associada à gravidez na adolescência, responsabilidades familiares, limitações financeiras e controle exercido pelo parceiro.

As entrevistas revelaram que a ausência de escolarização reduz significativamente as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, fortalecendo a dependência econômica em relação ao agressor. Nesse sentido, os dados confirmam a relação entre escolarização, autonomia financeira e enfrentamento da violência doméstica, conforme apontado por Saffioti (2004).

A análise também demonstra que a exclusão educacional está profundamente articulada às desigualdades estruturais de gênero e classe social. Mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam múltiplas barreiras para acessar e permanecer na escola, incluindo a ausência de políticas públicas de apoio, dificuldades de transporte, responsabilidades familiares e falta de acolhimento institucional.

Destaca-se ainda que essa realidade se intensifica em contextos periféricos e socialmente menos favorecidos, onde o acesso à educação de qualidade é mais limitado e as condições de permanência escolar tornam-se mais desafiadoras. Esses fatores contribuem para o aumento das desigualdades sociais e para a manutenção de ciclos de exclusão e violência.

Diante desse cenário, evidencia-se a importância de políticas públicas voltadas à permanência escolar, qualificação profissional e assistência estudantil. Além disso, políticas intersetoriais que integrem educação, assistência social, saúde e segurança pública mostram-se fundamentais para ampliar oportunidades e fortalecer a autonomia feminina.

A escola, nesse contexto, deve ser compreendida como espaço de acolhimento, escuta e proteção, capaz de identificar situações de vulnerabilidade e atuar em parceria com outras instituições. A implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a formação de profissionais sensíveis às questões de gênero e violência podem contribuir significativamente para a permanência dessas mulheres no ambiente educacional.

Assim, os resultados apontam que investir em educação inclusiva e em ações de apoio à permanência escolar constitui estratégia essencial para o enfrentamento da violência doméstica e para a promoção da autonomia e da cidadania feminina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a interrupção ou limitação do acesso à educação contribui diretamente para a dependência financeira e para a permanência de mulheres em contextos de violência doméstica. Os resultados demonstram que a exclusão educacional está associada a desigualdades sociais, econômicas e de gênero, especialmente em regiões periféricas e socialmente vulneráveis.

As entrevistas e a revisão bibliográfica reforçaram a importância da educação inclusiva como instrumento de autonomia, qualificação profissional e fortalecimento da cidadania. Nesse contexto, políticas públicas voltadas ao acesso, permanência e conclusão dos estudos tornam-se fundamentais para o enfrentamento da violência e para a redução das desigualdades.

Conclui-se que a educação deve ser compreendida não apenas como um direito social, mas também como estratégia de emancipação e transformação social, capaz de ampliar oportunidades e contribuir para o rompimento de ciclos de violência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Nova York: ONU, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.